

## A FALA DA CRIANÇA COMO INTERPRETAÇÃO <sup>1</sup>

MARIA TERESA G. DE LEMOS  
(Escola Psicanalítica Campinas)

O tema desta apresentação é o estatuto da criança nos estudos de aquisição de linguagem. O que será desenvolvimento aqui refere-se à área de aquisição de linguagem enquanto um discurso que visa a produção de um certo saber sobre o real. Ora, todo discurso científico é um discurso que visa à produção de um saber. O que interessa, neste caso, é: Que real é esse? O que é que, nesse caso, vem convocar um esforço de trabalho, de teorização?

Isso não é a mesma coisa que perguntar pelo objeto de estudo, pois esse objeto já é em si mesmo uma elaboração sobre um real. Não se define sempre de um modo idêntico o objeto de uma disciplina e a própria definição do objeto já evidencia uma posição teórica. Essa diferença entre um ponto de real, portanto de pura repetição, e o objeto da disciplina que deve fazer a modulação entre esse real e a rede simbólica da teoria, essa diferença permite ultrapassar um certo nível de questionamento que se faz a respeito da área de aquisição de linguagem. Esse questionamento é o que se limita a discutir os impasses que uma área interdisciplinar encontra para definir seu objeto e para justificar sua singularidade. Queremos mostrar que o essencial e determinante na área da aquisição da linguagem, talvez diferentemente da psicolinguística de um modo geral, tem menos a ver com sua suposta dependência de outras disciplinas do que com um outro submetimento, menos comentado mas nem por isso menos determinante.

A área de aquisição de linguagem reúne hoje pesquisas muito diferentes entre si, sendo difícil falar da área de um modo “geral”. O Termo “estudos em aquisição de linguagem” que nomeia frequentemente a área é indicativo dessa pluralidade. Pode-se mesmo perguntar, no estado atual de coisas, se seria legítimo supor que existe alguma coisa compartilhada por todos projetos nessa área. De qualquer maneira, uma coisa pode ser afirmada desde logo: não é o objeto que é compartilhado. O objeto da pesquisa alinhada à teoria gerativa não pode ser o mesmo que o da construtivista que por outro lado é diferente de uma orientação behaviourista e assim por diante.

---

<sup>1</sup> Nesta ocasião foram apresentadas algumas das idéias que, na época, ainda estavam sendo elaboradas para a minha Tese de Doutorado. O desenvolvimento ulterior e apresentação mais elaborada dessas idéias encontra-se na Tese (“A língua que me falta: Uma análise dos estudos em aquisição de linguagem”, IEL, Maio 1994).

Mas, reconhecida essa diferença (entre objeto e real) não precisamos mais supor que por não haver um só objeto de estudo não haja mais nada em comum. Ao contrário, existe algo comum e é algo bastante simples e, de certo modo, bem sabido: é que todos têm um compromisso, maior ou menor, com a fala da criança. Seja para dizer por quais estruturas fala, porque fala do modo que fala, quando é que fala o quê, o fato geral é que a posição teórica do investigador não o liberta de um submetimento a essa fala. Isso pode parecer banal, ou que é fato tão evidente que nem vale a pena ser mencionado. No entanto, esse submetimento não encontra paralelo nem na linguística nem na psicologia, áreas das quais supostamente os estudos em aquisição de linguagem dependeriam.

O que chamamos de “submetimento à fala”, à fala da criança - e não se pode esquecer que não é simplesmente à fala, mas a uma fala particular, com características particulares -, esse submetimento não deve ser entendido como um compromisso com a diacronia em oposição à sincronia da linguística. Divisão que não se sustenta pois diacronia e sincronia não são departamentos da linguagem, mas dimensões - não necessariamente complementares ou harmonizáveis entre si - da língua. Esse submetimento é apenas, e nada mais, o fato de ter que dar a essa fala o valor de dado empírico, o que não ocorre na linguística, já que o empírico na linguística é aquilo que pertence à língua. O linguista não é obrigado a considerar a fala como via de acesso à língua; pode-se dizer que é a língua que decidirá se um enunciado lhe pertence ou não. Mesmo considerando os casos em que na linguística é possível se valer da fala para formular algo sobre a língua (cf. Tarallo, 1986), ainda assim o submetimento à fala da criança, no caso dos estudos em aquisição, continua mantendo sua diferença porque esse submetimento independe da tendência do investigador, e mesmo de uma teoria particular. É preciso reconhecer que não há escolha individual nem teórica nesse caso: trata-se de uma condição constitutiva da área.

Aparentemente um fato conhecido e até óbvio, como já dissemos, isso tem, no entanto, desdobramentos menos evidentes. É que, depois disso, o que realmente importa é saber de que maneira o investigador transforma essa fala em dado empírico, pois esse submetimento não é nada mais que o compromisso, nú e cru: ele em si não determina em que sentido essa relação vai ser feita, apenas obriga a haver relação. É por isso que em aquisição de linguagem a questão metodológica nunca é acessória mas sempre central e não seria incorreto dizer que as decisões metodológicas foram o motor dos avanços que já se produziram nessa área. Exemplo disso são autores como Scollon, de Lemos e Peters que colocaram em questão a unidade de análise, dando testemunho de um deslocamento de uma posição alienada ao saber da linguística, produzindo uma elaboração teórica causada pela experiência com essa fala.

É menos óbvio o fato de que esse submetimento não é o submetimento a uma norma no tratamento dessa fala ou a uma maneira ou outra de fazer essa relação. Este é um ponto fundamental, porque ao, desconhecimento desse submetimento enquanto pura exigência de transformar essa fala em dado empírico e, portanto, passível de alguma sistematização científica, ao desconhecimento dessa injunção corresponde uma posição bastante típica e amplamente denunciada por de Lemos e pelos trabalhos

do Projeto de Aquisição do IEL, que se resume numa tendência “empirista” da qual não escapam os investigadores adeptos do racionalismo chomskiano, nem os construtivistas que assumem explicitamente uma noção de mediação (cf. de Lemos, 92). Essa posição consiste em tomar essa fala diretamente como dado empírico, isto é, atribuir a ela a priori uma consistência seja num nível comunicativo, semântico ou fonológico. Esse tratamento empirista da fala promove o apagamento dessa injunção no seu caráter simbólico e fundante de um (novo) lugar de enunciação, por fazer dessa relação com a fala uma relação garantida e anulando, desse modo, a especificidade da área. O termo “input”, usado nas diferentes linhas de pesquisas em aquisição é um ponto onde esse colamento fala/dado empírico resiste, imperturbado.

Assumir que o submetimento à fala da criança é o que há de propriamente específico dos estudos em aquisição de linguagem é uma afirmação que tem consequências importantes. Implica que o grau de autonomia a ser atingido pela área é diretamente proporcional ao grau em que este compromisso é honrado, isto é, quanto menos essa fala for tomada em si mesma como dado empírico, quanto mais suspensa a atribuição imediata e, portanto, meramente intuitiva de qualquer classificação, quanto mais mantida essa separação entre fala e dado empírico, mais possibilidade de construção de teoria. Quanto menos se PUT IN, mais se tira em ganho de elaboração. Em outras palavras, quanto maior o submetimento, maior a possibilidade de liberdade em relação à linguística e a psicologia. Isso não é uma garantia de independência para a área, mas aponta para a possibilidade de colocar em causa a relação de alienação-separação que é constitutiva da área<sup>2</sup>.

Um desses pólos, a alienação, revela-se de modo mais acentuada numa observação bastante simples: a produção da área não é marcada por uma reflexão histórica. A direção dominante é a de um movimento sempre para a frente, retorna-se pouco de um modo geral. Quando digo que não se faz “história” não pretendo dizer que não se faça referência, na produção da área, ao que já foi realizado, que não se faça, por exemplo, um histórico do problema que vai se tratar. Essa, ao contrário, é uma prática constante. Mas quando se faz isso é para introduzir um novo desenvolvimento ou para abandonar, rejeitar o que foi feito antes. E uma história local do problema específico a ser tratado e serve apenas como ponto de partida para o que realmente interessa, que vem depois. Desse modo, vale a pena distinguir menção de história, pois história - como mostra a psicanálise - implica em filiação, a qual não se pode aderir nem abandonar, mas sim dela se fazer sujeito pela elaboração.

Do mesmo lado se alinha uma certa facilidade em adotar e abandonar quadros de referência teóricos. A novidade é bem acolhida, principalmente quando ela vem da linguística, colocada em lugar de Ideal. Os exemplos são muitos e bastante conhecidos enquanto tais. Na verdade, eles não são tão conhecidos assim, se pensarmos na produção da área em geral e nos lugares onde o reconhecimento (ou não) dessa produção se dá, isto é, na Europa e nos Estados Unidos, mas eles são

---

<sup>2</sup> “Alienação” não deve ser tomada aqui no sentido pejorativo, “patológico” do termo. A alienação, enquanto uma espécie de esgotamento na identificação a uma imagem, é consequência do efeito estruturante do Outro para o sujeito.

conhecidos aqui, já que o Projeto de Aquisição de Linguagem do IEL foi lugar de uma produção diferenciada nesse sentido e a hipótese sócio-interacionista se baseou numa revisão histórica da área, apontando o caráter sintomático destas adesões e abandonos (ver, de Lemos e Castro Campos, 1978; de Lemos 1982, de Lemos 1986, e também Maia 1985).

Como entender esse movimento? Teria a área de aquisição realizado o ideal positivista de ciência, onde o que se visa é a acumulação? Será que é no sentido da acumulação que se deve entender esse movimento sempre para a frente, essa pressa?

Em alguns livros se faz referência ao fato da aquisição de linguagem ser um campo de investigação muito recente, o que poderia justificar essa ausência (de história). Mas, mesmo considerando verdadeiro tal argumento (se bem que... 30 anos, no quadro atual das ciências, seria mesmo pouco tempo?), isso não impede de se pensar uma outra razão para essa ausência: é que, se não se faz história da área, é porque não se sente necessidade disso. Talvez porque a área ainda espere pela descoberta que daria início a uma história própria... É importante dizer que não se trata de ficar fazendo uma crítica ou cobrança à área, mas de poder mostrar que essas características são determinadas, ou melhor, sobredeterminadas<sup>3</sup> e a tentativa de fazer uma história desse percurso é uma tentativa de reconhecer essa determinação.

Quero levantar aqui alguns pontos da história da área que permitem, a meu ver, indicar em que sentido essa sobredeterminação pode começar a ser pensada. É um trabalho ainda em curso, são indicações e não têm caráter conclusivo.

Sabe-se que a psicolinguística nasceu em um Seminário, na Universidade de Indiana, em 54, quando um grupo de psicólogos e linguistas se reuniram para traçar as linhas de uma nova disciplina, que deveria reunir num único quadro conceitual três disciplinas: a linguística estrutural, a teoria da aprendizagem e a teoria da comunicação, que era na época uma novidade promissora. Quero lembrar que esse início da psicolinguística é muito pouco comentado: em alguns manuais muito conhecidos (como o de Slobin, 1971) essa primeira psicolinguística não chega nem a ser mencionada, ficando a impressão de que a psicolinguística começou com Chomsky. No entanto, o caráter significativo desse início foi destacado por Eleonora Albano (ex- Motta Maia), no texto “O Psicolinguística Ressurreto”, quando afirmou que “ser inaugurada numa mesa de seminário já torna uma disciplina digna de nota”, dando assim a esse fato o estatuto de algo a explicar.

Uma disciplina ser criada desse modo é algo que chama a atenção porque as disciplinas geralmente não são fundadas por uma iniciativa, por uma decisão “a priori”. Fala-se, por exemplo, que Saussure fundou a linguística moderna, no entanto, ele a fundou no sentido em que, por uma descoberta ou hipótese sua, se

---

<sup>3</sup> A “sobredeterminação” - mencionada aqui e mais à frente - é uma noção freudiana e refere-se a uma característica dos processos psíquicos: eles são sobredeterminados (e não simplesmente determinados) porque não têm uma causa, mas várias. Estas “várias” não são elementos simplesmente justapostos mas sim articulados em rede, ou seja, estruturados. Mas a sobredeterminação não implica apenas em complexidade mas também numa determinação que vem de Fora, cujo centro não é o sujeito (nesse caso, o Complexo de Édipo é o seu protótipo). Pode-se dizer, a partir de Lacan, que a sobredeterminação é a anterioridade lógica da linguagem sobre o sujeito: o lugar do sujeito no simbólico existe antes de sua “ocupação real”.

Nesse momento, a aquisição de linguagem era um tema menor em relação a temas como realidade psicológica da gramática, comportamento gramatical, repertório linguístico, etc. Na verdade, nesse momento a aquisição de linguagem apenas continuou sendo o que ela já era na psicologia da época, uma espécie de quadro de desenvolvimento, de registro dos avanços no desenvolvimento linguístico das crianças. O importante é dizer que não se encontra aqui o submetimento a que venho me referindo já que nesse momento a “fala” da criança é apenas um comportamento.

Essa primeira psicolinguística teve uma vida extremamente curta, não chegando a uma década, quando houve, então, uma adesão maciça dos psicolinguistas à gramática transformacional, após o lançamento de “Syntactic Structures” por Chomsky, em 1957. Alguns autores, como Judith Greene, se referem a esse movimento como “conversão imediata”. Desse “episódio”, importante e decisivo para os rumos da aquisição de linguagem, quero ressaltar apenas dois pontos fundamentais:

1) Essa conversão foi explicada por muitos autores, como a própria Judith Greene (Greene, 1980), como tendo sido causada pela superioridade teórica da gramática transformacional. A “criatividade linguística”, isto é, o fato de que a linguagem não poderia ser explicada pela teoria da aprendizagem pois a criança sabia produzir e compreender sentenças que nunca havia ouvido antes, teria sido um argumento imbatível (de Chomsky). Essa explicação, no entanto, é insuficiente por duas razões. Primeiro porque é questionável, do ponto de vista epistemológico, afirmar a superioridade de uma teoria sobre outra. Segundo - e mais fundamental - é que só se entende essa conversão considerando a posição da psicolinguística que, como vimos, era marcada por essa ambivalência entre reconhecer/não reconhecer a ordem linguística na sua alteridade (isto é, na sua materialidade própria). Pode-se dizer que a força da argumentação de Chomsky estava precisamente em que ele pode operar nesse ponto cego, introduzindo a ordem linguística<sup>5</sup>. A linguística podia ter sido antes disso um conhecimento cobiçado pelo psicólogo interessado no language behaviour mas não mais que isso. No entanto, a partir dessa intervenção a linguística estará em condições de mestria, de distribuir sobre a área as suas próprias hipóteses na medida em que respondeu à questão que era central à psicolinguística, ainda que esta nunca a tivesse formulado.

2) O segundo aspecto a ser apontado sobre este momento refere-se ao estatuto dos estudos de aquisição de linguagem na psicolinguística, o qual será totalmente

---

<sup>5</sup> Vale dizer, entretanto, que, em Chomsky, a materialidade própria da língua está garantida mas, ao mesmo tempo, apagada na sua alteridade. Está garantida no sentido em que ela não se confunde nem com uma ordem “social”, “convencional”, nem com uma ordem “psicológica” de mera representação, ou seja, ela é real. Está apagada, no entanto, no seu caráter de alteridade radical, pois essa materialidade é da ordem do corpo, da biologia (“a linguagem é um órgão”). É por isso que a adesão a Chomsky não tocava o estatuto do sujeito psicológico, pois, para ele, subjetividade e linguagem restam ordens paralelas, que não se tocam essencialmente. Sobre a relação subjetividade e materialidade da língua, remetemos ao Cap. 1 da Tese (Nota 1).

abriu um campo até então impensável. A partir disso pode-se até dizer que ele fundou um campo, mas sempre de modo retroativo. Mas, no caso da psicolinguística, o que está na origem dessa criação?

Se é correto dizer que a criação de um novo campo consiste na criação de uma nova série de questões e não numa nova de forma de responder (o que poderia ser apenas uma outra teoria), então a psicolinguística foi antes uma resposta do que uma abertura desse tipo.

A psicolinguística, como os textos da época indicam, foi a resposta a uma demanda. A criação da psicolinguística têm uma origem inequívoca: foi um projeto da psicologia da aprendizagem americana e em nada se separava desta, pelo menos num momento inicial. Mas como essa demanda era formulada?

O texto de introdução ao Seminário (Osgood & Sebeok, 1954) mostra que essa demanda estava ligada a uma preocupação com um rigor científico em relação ao qual a psicologia se viu defasada. Diz o texto que a revolução na ciência moderna, mais especificamente na física, levaram a uma transformação na noção de observação, exigindo um estudo intensivo da psicologia da percepção e da linguagem. Isto porque “o trabalho recente em física tem apontado explicitamente e com considerável pungência, as possíveis limitações da capacidade humana em perceber e conceitualizar”<sup>4</sup>. Ou seja, a objetividade dessa ciência, se por isso entendemos seu empirismo, foi colocada em cheque pela afirmação de que nossa percepção do espaço e do tempo depende de “necessidade que têm a ver com o uso da linguagem” (ver nota 4)

Resumidamente, a psicologia se viu na posição de não poder fazer frente às exigências de cientificidade sem abandonar uma posição empirista. E aqui que se compreende mais amplamente o gesto de criação da psicolinguística pois, enquanto projeto de construir um “quadro de referência comum” com a psicologia, a linguística e a teoria da comunicação, a psicolinguística foi o projeto de salvar essa posição empirista e não o de revisá-la. Isto porque, à exigência colocada para a psicologia de reconhecer que o sujeito psicológico era atravessado por uma ordem “não-psicológica”, que tinha suas próprias necessidades (uma outra materialidade), a essa exigência a psicologia respondeu convocando um saber da linguística de modo a fazer uma nova unidade.

A nova unidade era o “language behaviour”. O “language behaviour” foi definido por Sol Saporta (Saporta, 1961) - um dos pioneiros - como um comportamento entre outros, como apertar uma barra ou abrir uma porta. O “language behaviour” revela, assim, a posição ambivalente que essa psicolinguística mantinha com relação ao reconhecimento da alteridade da ordem linguística: por um lado fazia o movimento de incluir a linguagem (substituindo inclusive o uso de unidades “psicológicas” da fala por unidades estruturais, derivadas apenas da análise linguística) mas, por outro lado, apagava essa alteridade, concebendo-a como “um comportamento entre outros”.

---

<sup>4</sup> Tradução livre do texto original em inglês (Osgood & Sebeok, 1954, p.iii).

modificado por essa “conversão”. Com a adesão à Chomsky, a linguagem vai passar de comportamento a saber e essa substituição torna obsoleta e demanda de um instrumental analítico descritivo capaz de fundamentar a análise do comportamento verbal, pois este passa a ser apenas a manifestação desse saber. O que ocorreu é que, graças ao lugar de mestria “conquistado” pela linguística, se produziu uma inversão na relação entre linguística e psicolinguística. A psicolinguística mantém uma posição de desconhecimento (de sua própria questão) supondo que, se há uma demanda, ela vem do Outro: era Chomsky que a fazia e essa demanda seria a de escrever a gramática da criança. De fato, na psicolinguística convertida a aquisição de linguagem rapidamente vai ganhar um destaque que, como vimos, ela não tinha na primeira psicolinguística e o objetivo principal nas pesquisas será o de escrever uma gramática da criança.

Os psicolinguistas encontraram algum apoio para supor essa demanda em “Aspects of The Theory of Syntax” (1965), onde Chomsky afirma que seria possível construir um modelo de aquisição de linguagem, isto é, definir a teoria linguística que especifica a forma de uma língua humana possível e que permite à criança “formular” a teoria específica de sua língua particular. Alcançar o nível dessa teoria linguística universal que habilita a criança ao aprendizado da língua materna seria, então, alcançar o nível mais elevado da justificação da teoria linguística.

Essas formulações, no que elas fazem menção à aquisição de linguagem e a situavam numa função elevada na teoria, pareciam incentivar uma incursão intensiva na pesquisa da aquisição. Esta foi, entretanto, uma leitura ingênua do texto chomskiano, pois nele a criança tinha um estatuto simbólico - isto é, valia enquanto lugar na lógica interna da teoria - e nada tinha a ver com a criança real cujas produções os psicolinguistas analisavam. O próprio Chomsky teve uma atitude sempre ambígua em relação a esses trabalhos, não os endossando nem os desautorizando explicitamente, mas chegou a afirmar que considerava inútil a análise do corpus linguístico de crianças, acreditando apenas na experimentação (Chomsky, 1964).

Esse segundo aspecto da conversão, que foi o de uma proliferação de pesquisas em aquisição de linguagem, é importante porque mostra que o estatuto da criança e de sua fala foram o lugar de um equívoco na relação entre linguística e psicolinguística, pois os psicolinguistas acreditavam ter-se filiado à Chomsky quando, na verdade, continuavam a manter uma posição empirista, não reconhecendo a radicalidade da diferença, traçada por Chomsky, entre competência e performance, diferença da qual a teoria dependia.

Foi esse equívoco, no entanto, que deu origem a uma possibilidade inédita para a área.

O resultado desse projeto de escrever a gramática da criança, através da análise de corpora de crianças de diferentes línguas, foi um fracasso, como se sabe: não se encontraram as regularidades sintáticas que eram esperadas. Os psicolinguistas, mais fiéis a sua herança empirista do que à sua suposta filiação à

Chomsky, escolheram dar razão aos “dados” e não à teoria e foram buscar explicação em outros campos. É mais ou menos assim que é descrito o percurso da área.

Entretanto, o sentido dessa opção pelo “dado” não será apenas esse, sintomático, porque ela também vai se manifestar como uma insistência de descrever a fala da criança. Seja qual for a razão dessa “escolha” entre aspas, o fato é que ela fará com que os investigadores não abandonem a fala da criança. O efeito dessa insistência será uma problematização da relação com a linguística, que não terá mais a harmonia na qual se acreditava tanto na primeira psicolinguística quanto na psicolinguística convertida.

Deve-se perguntar, entretanto, porque é que, desfeito o equívoco, os psicolinguistas não abandonaram a fala da criança para se tornarem linguistas. Porque insistiram nessa relação com a fala? É certo que foi uma posição empirista, em primeiro lugar, que os colocou no trabalho de análise dessa fala, acreditando poder encontrar aí indícios de universais linguísticos. Mas seria a “herança” empirista capaz de explicar essa insistência, ou mesmo a suposição de que essa análise prometia algum tipo de revelação? Afirma-se que, depois do fracasso em encontrar regularidades sintáticas, a aposta continuou porque se encontrou um outro tipo de regularidade, as semânticas, e que essas foram explicadas não mais pela “competência” chomskiana mas pelo desenvolvimento cognitivo (com influências piagetianas). Para entender essa virada - de uma suposição de saber na linguística para uma suposição de saber na criança - acredito que é fundamental considerar a importância de alguns personagens dessa história, como Roger Brown, que na mesma época sustentou uma posição diferente dos psicolinguistas convertidos, que apenas visavam a confirmação das hipóteses produzidas por Chomsky. Infelizmente não poderemos abordar isso aqui.

Que essas regularidades fossem semânticas e, mais ainda, reveladoras de um conhecimento pré-linguístico da criança, como se quis, é algo que já foi devidamente questionado (Lemos e Castro Campos, 1978) mas o fato é que alguma coisa foi encontrada. A fala da criança, seja num erro sintomático ou num cruzamento imprevisível de mecanismos gramaticais que produzem uma estrutura “estranhamente familiar” à dita língua do adulto, produziu uma interrogação sobre a própria possibilidade de descrição dessas estruturas. É importante sublinhar que essa interrogação não era tanto uma questão de desenvolvimento mas de análise linguística propriamente dita. Assim, a fala da criança - enquanto objeto de análise - revelou uma sistematicidade outra, incapaz de configurar um sistema mas ainda assim reveladora da sobredeterminação, da rede articulada da língua materna<sup>6</sup>. Nesse sentido, o fracasso não foi absoluto e os psicolinguistas deram testemunho de que havia ali um saber a ser apreendido, ainda que impossível de apreender pelas categorias da linguística.

Essa sistematicidade fugidia é o que, dessa experiência, constitui como saldo um real. Real da língua: a presença irredutível da sobredeterminação, a impossibilidade do significante ser idêntico a si mesmo, isto é, ser Uno. A fala da

---

<sup>6</sup> Sobre a sobredeterminação enquanto característica da fala da criança ver Cp. 3 da Tese (nota 1).

criança - enquanto objeto produzido pela análise linguística<sup>7</sup> - comporta um enigma sobre a língua e pode-se dizer que ela tem relação com a ordem do inconsciente, pois nela o recalque da sobredeterminação (para a formação de Uma significação) parece ser mais precário, deixando à tona os processos de deslocamento e de condensação que foram destacados por Freud.

O real que causa a elaboração teórica no campo da aquisição não é, portanto, a fala da criança - que, no mais das vezes, é apenas imaginarizada pelo investigador - mas aquilo que ela dá a ver da materialidade da língua.

Só podemos falar do submetimento à fala da criança enquanto aquilo que vai constituir o verdadeiro compromisso da área dos estudos de aquisição de linguagem a partir desse terceiro momento, depois do fracasso em fazer complemento à linguística. Esse terceiro momento não é necessariamente o momento cronológico que se seguiu ao fracasso da psicolinguística convertida mas esse em que a fala da criança passa a ter função de enigma. Por isso é que se pode dizer que, tomando a “interpretação” no sentido que ela tem na psicanálise, é a criança que interpreta. Não propriamente a criança, mas a fala da criança. A interpretação analítica não consiste em dar um sentido mas numa estrutura capaz de interrogar - pelo levantamento do significante - uma significação já constituída. Segundo Lacan, ela tem estrutura de enigma e é o sujeito que dela terá que produzir a significação. E é a partir daí que se pode ter uma história.

## **BIBLIOGRAFIA**

- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge:Massachusetts: The M.I.T. Press. 1965.
- DE LEMOS, C.T.G. *Sobre Aquisição de Linguagem e seu (Dilema) Pecado Original*. *Boletim da Abralin* 3. Recife: Editora Universitária da Universidade Estadual de Pernambuco. 1982.
- \_\_\_\_\_. *Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio*. *Substratum*. Vol. 1. nº 1. 1992.
- DE LEMOS, C.T.G. e DE CASTRO CAMPOS, M.F. *Algumas Observações sobre a utilização do modelo piagetiano em recentes estudos de aquisição de linguagem in Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 1. 1978.
- GREENE, J. *Psicolinguística: Chomsky e a psicologia*. Rio de Janeiro:Zahar Editores. 1980.
- MAIA, E. da Motta *O psicolinguística ressurreto*. Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba.
- \_\_\_\_\_. *A dialética da gênese e do empréstimo na constituição da psicolinguística*. *D.E.L.T.A.* 1. São Paulo. 1985.

---

<sup>7</sup> Quando fazemos questão de juntar ao termo “fala da criança” a qualificação de “enquanto objeto de análise linguística” é porque não se trata da “fala da criança” em si mesma, como vimos, mas da “fala da criança” enquanto uma estrutura que inclui necessariamente o linguista (ou psicolinguista): ele é o sujeito a advir dessa “fala”, na medida em que é chamado a produzi-la, por ser por ela interrogado na sua dupla qualidade de falante e de teórico da linguagem (sobre isso ver Milner, 1987 e o cap. 1, da tese [nota1]).

- OSGOOD, C.E. & SEBEOK, T.A. **Psycholinguistics: A Survey of Theory and Research Problems**. Baltimore:Waverly Press. 1954.
- SAPORTA, S. **Psycholinguistics: A book of readings**. New York Holt, Rinehart and Winston, Inc. 1961.
- SLOBIN, D.I. **Psycholinguistics**. Illinois. Scott, Foresman and Company. 1971.
- TARALLO, F. **Era uma vez: Estória, História e ahistória**. Publicação do Centor de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. 1986.